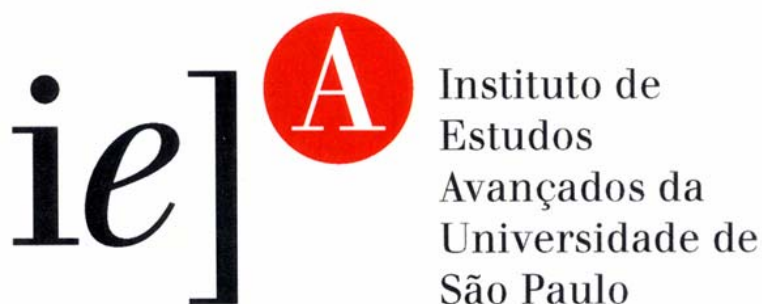


Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes

Miriam Limoeiro-Cardoso

Artigo produzido no período em que a autora foi
professora visitante do IEA/USP (junho de 1994 a agosto de 1995)



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP

CAPITALISMO DEPENDENTE, AUTOCRACIA BURGUESA E REVOLUÇÃO SOCIAL EM FLORESTAN FERNANDES

Miriam Limoeiro-Cardoso

Uma das contribuições maiores de Florestan Fernandes às Ciências Sociais reside na sua capacidade de problematização e na problemática inovadora que soube construir para pensar o Brasil e o subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente. Este trabalho se dedica a uma parte importante desta problematização e desta problemática, especialmente ao papel central que nelas cabe às classes sociais, aos conflitos de classe e a questão da revolução como alternativa histórica para o capitalismo dependente. Nele me empenho principalmente em recuperar a argumentação e a construção do problema em Florestan Fernandes.

Florestan não aceita os “dados” oferecidos pelo conhecimento comum e pelas ideologias dominantes como se de fato fossem dados. Não se deixa cair nem na ingenuidade de tomar como realidade a empiria imediata, nem no dogmatismo das teorias acabadas, que tudo “explicam” antes mesmo de se confrontarem com a prática factual e concreta. Florestan recorre a toda a sua formação teórica e se debruça com afinco sobre as análises disponíveis para — sob a orientação dessa teorias e dessas análises, e sempre no rumo da transformação social — pensar e explicar o Brasil, na sua organização e nos seus conflitos, passados e atuais, e nas perspectivas que se abrem para o seu futuro. Nega as “explicações” correntes, como a do subdesenvolvimento enquanto atraso, ou como a que recorre a processos sociais (de urbanização, de industrialização...) como se eles fossem em si mesmos explicativos. Nega, também, as propostas decorrentes destas supostas “explicações”, como a da superação do subdesenvolvimento através da aceleração do crescimento econômico.

Na construção do seu objeto científico, procura estabelecer a generalidade e a especificidade que sejam significativas para a demarcação deste objeto. Como generalidade, encontra o capitalismo. Como especificidade, formula o conceito de capitalismo dependente, pensado enquanto “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro)” (NR, 50).

Algumas observações, ainda que muito breves, merecem atenção. Em primeiro lugar, quando pensa a heteronomia ou dependência, Florestan a precisa por meio do seu conceito de capitalismo dependente. Trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento. Neste sentido, este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista). Florestan não formula uma “teoria da dependência”. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista.

Em segundo lugar, ao trabalhar no interior da teoria do desenvolvimento capitalista, Florestan dirige sua atenção para o sistema de classes sociais que dinamizam esse desenvolvimento. Deste modo, não pensa a dependência propriamente entre nações, porque para ele o Estado-nação, embora seja uma instância importante na análise, nela não aparece como agente histórico. Segundo Florestan, a história é obra dos homens. Afirma que “é falsa a idéia de que a história se faz, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial.” (RRBB, 62, grifado no original) Na sociedade de classes, os homens fazem a história nas condições concretas que encontram e aí o seu agir é um agir de classe. De acordo com Florestan, a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico deve “ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica”. (SCS, 27-28). Nas sociedades de classes, portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais. As teorizações de Florestan, sobre o capitalismo dependente, nunca abstraem o sistema de classes das formações capitalistas, quer sejam dependentes, autônomas ou hegemônicas. Ao contrário, as classes e suas relações desempenham papel central na sua teoria.

Amparado nessas concepções, Florestan não atribui a dependência exclusivamente à dominação externa. Pensa que o capitalismo possui a sua própria lógica econômica, que consiste exatamente na articulação entre os mecanismos “de fora para dentro” (dos centros

capitalistas hegemônicos para as economias capitalistas dependentes) e “de dentro para fora” (da periferia para os centros hegemônicos). Quanto a esses dois fatores, o externo e o interno, diz que “um não se fortalece sem ou contra o outro” (CSAL, 54). As burguesias locais tomam parte importante nessa articulação. É por meio delas que a articulação se realiza. Por isso Florestan as identifica como parceiras das burguesias hegemônicas.

Uma concepção como esta é importantíssima, não apenas nas suas dimensões analíticas e explicativas, mas também quanto às conseqüências políticas que acarreta. As relações apontadas não são propriamente relações “entre nações” e não se esgotam enquanto relações entre burguesias hegemônicas e dependentes. Implicam, na verdade, relações de dominação que se conjugam: dominação externa e dominação interna. Dominação externa que é abastecida pela dominação interna, a qual se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população. Deste modo, para Florestan, “o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas”(CSAL,45). Ao capitalismo dependente não basta reproduzir a apropriação e a expropriação que são inerentes ao capitalismo. Esta forma específica de capitalismo, para ser capaz de suprir por expropriação a burguesia local e a burguesia hegemônica, produz sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas.

Como funciona este processo? Há direção, controle, apropriação e expropriação econômica das economias dependentes pelas economias hegemônicas. A produção dependente é, pois, satelitizada, mas essa produção, sob o capitalismo, não compreende um todo socialmente homogêneo, é claro. A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente super exploram e, conseqüentemente,

super dominam a massa da população — população trabalhadora e população excluída — para garantir seus próprios privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas.

Com esta argumentação, recolocando as relações de classe no centro da constituição dos mecanismos próprios do capitalismo, tanto no seu desenvolvimento clássico, quanto na sua especificidade dependente, Florestan aponta dois aspectos decisivos para o processo de funcionamento e de continuidade da dependência: **1)** a importância da burguesia local, que é parceira, ainda que como sócia menor e subordinada; **2)** a exasperação das relações de classe internamente, caracterizadas pela sobre exploração e pela sobreexpropriação capitalistas do trabalho e da massa da população que não consegue nem mesmo acesso ao mercado ou sua permanência nele. A partir daí, a dependência fica definida com maior precisão nos termos desta sobreexploração capitalista. Para Florestan, assim, “sobreapropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo”(CSAL, 54). Neste sentido, há um padrão de acumulação de capital que é típico da relação de parceria desigual das burguesias envolvidas, cuja forma Florestan designa como “sobreapropriação repartida do excedente econômico” (CSAL, 57).

Florestan adota uma concepção de classe social segundo a qual as classes são inerentes ao capitalismo, surgindo na história com a implantação deste modo de produção. Entendo que este não é o momento para entrar na discussão deste conceito e me preocupo principalmente em esclarecer e fixar o que me parece essencial do argumento desenvolvido por Florestan. Para ele, “a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo” (CSAL, 33). Neste sentido, Florestan entende a sociedade capitalista como uma sociedade aberta. Nela se dá a distribuição da população em classes sociais e, portanto, há diferenciação e desigualdade social. Em contrapartida, se há uma classificação social, também há uma ordem legal que a atravessa inteira, com a racionalização do direito e com o funcionamento, pelo menos formal, da representação política. Desta maneira, a sociedade de classes, identificada com a sociedade capitalista, possui ajustes reguladores do privilégio econômico com suas conseqüências sociais, culturais e políticas. O sistema de classes comporta “dimensões estruturais e dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes” (CSAL, 35).

Esse capitalismo que Florestan toma como referência para pensar a América Latina na sua diferença específica é um capitalismo idealizado, marcado estrutural e dinamicamente por mecanismos que garantiriam a sua integração, a sua estabilidade e a sua transformação equilibradas. Comportaria, como normalidade, tensões e conflitos e, naturalmente, mecanismos de acomodação, ajuste e mudança dentro de padrões de equilíbrio. Também não vou entrar aqui na discussão deste conceito idealizado e funcional de capitalismo. Indico-o e sublinho o que me parece ser o rumo principal da argumentação de Florestan: se a expropriação do trabalho é o fundamento do capitalismo enquanto modo de produção, a democracia burguesa também é essencial para o funcionamento do modo de produção capitalista e o controle das suas crises. Na especificidade dependente do capitalismo, porém, o seu fundamento é drasticamente exagerado, convertendo-se em sobre expropriação, ao que corresponde a também drástica redução da democracia que o acompanha, que se restringe ao ponto de uma democracia de iguais.

Deste modo, o capitalismo dependente se concretiza através de sobre expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes denomina capitalismo selvagem. Conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes. Pensa Florestan que na América Latina, “quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como ‘integrados’ e ‘desenvolvidos’. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade sócio-econômica, à exclusão cultural e política, etc” (CSAL, 37). Trata-se de “uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilégio das classes possuidoras, a super concentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente, etc” (CSAL, 42).

O desenvolvimento induzido em benefício dos pólos dinâmicos da expansão capitalista constitui na periferia uma organização social extremamente desigual, com uma minoria social dominante que retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e que exclui a grande maioria de todos os direitos como se isso fosse natural. Uma burguesia assim constituída, que só reconhece direitos para si e para as burguesias às quais está subordinada, que não abre nem cede espaço para as demais classes se desenvolverem

autonomamente como tais, para assim formarem em conjunto a “ordem social competitiva”, não se torna apenas tirânica. Além de exercer a tirania burguesa de forma crua, sem disfarces, tal burguesia não ganha forças para se contrapor às estruturas da dependência e assim poder exercer com plenitude a condição burguesa, isto é, com a autonomia que a especificidade dependente do capitalismo lhe impede. Por isso ela não consegue assumir localmente a revolução burguesa. Não lidera nem a revolução nacional nem a revolução democrática. Florestan supõe que “as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes sociais submetidas à expropriação e à expropriação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder” (CSAL, 42).

Toda a formulação de Florestan quanto ao capitalismo dependente e quanto às classes sociais no capitalismo dependente tem como baliza a possibilidade do desenvolvimento autônomo, auto-sustentado e auto-propelido. No fundo, sua análise está sempre lastreada pela preocupação com as perspectivas de autonomização das nações capitalistas dependentes. É neste sentido que entende que as classes sociais na América Latina não desempenham nem as funções construtivas nem as funções desintegradoras próprias às classes numa ordem social competitiva voltada para a construção de uma nação integrada e autônoma. Como a construção da nacionalidade, tomando como objetivo a autonomização não consta do projeto das burguesias dependentes, elas se contentam com a acumulação máxima possível do capital, repartindo o excedente econômico com as burguesias hegemônicas e, assim, mantendo e ampliando a dependência. A exploração excedente necessária a tais propósitos requer a restrição ao que seriam direitos da massa da população. Com democracia, mesmo nos limites estritos e estreitos da democracia burguesa, senão a expropriação capitalista, pelo menos o excedente de exploração e de expropriação típicos do capitalismo dependente ficaria ameaçado. Diante desta situação, Florestan pensa que os níveis de exploração — de privilegiamento de um lado, e de exploração e degradação do outro — somados aos níveis de opressão e de exclusão dos direitos e do acesso ao poder alcançam tal magnitude que não mais garantem na América Latina a “integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes”. Conseqüentemente, isso põe em risco a própria

possibilidade de manutenção da ordem social responsável por tais relações sob um sistema de produção que tem como inerente a ordem social competitiva.

Florestan esclarece que não se trata “apenas de defender a ‘liberdade’ e a ‘democracia’. Porém, de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente” (EIS, 77, grifado no original). Neste sentido, no capitalismo dependente a autocracia é decorrência da própria estrutura compósita da sua burguesia. De acordo com Florestan, para as burguesias latino-americanas “o essencial continua a ser as ‘vantagens relativas’ da associação com as nações capitalistas centrais e sua superpotência (isto é, as migalhas da submissão ao imperialismo) e o ‘equilíbrio de poder’ a qualquer preço, pelo qual a Nação tem de crescer fatalmente contra a sociedade politicamente organizada” (BCE, 1) O que define essas burguesias é, pois, por um lado a sua relação (de parceria subordinada) com as burguesias hegemônicas e, por outro lado, a sua relação (de sobre exploração econômica e de opressão política) com as demais classes e agrupamentos sociais.

As burguesias dependentes, que são débeis e vacilantes enquanto classe, são, porém, muito poderosas nas sociedades que dominam. “Uma burguesia impotente para conduzir autonomamente a ‘transformação capitalista’ e, portanto, para conjugar uma revolução nacional com uma revolução democrática, nem por isso deixa de ficar no centro do controle do poder econômico, social e político das respectivas sociedades de classes. E isso com maior amplitude e ímpeto, quanto mais fraca for a oposição organizada das classes operárias e das massas populares”(EIS, 79). Como dominantes, são tanto mais fortes quanto mais frágeis e desorganizadas sejam as demais classes. No entanto, enquanto classe — quer dizer, enquanto seja capaz de conduzir transformações que organizem a sociedade a seu molde e a sua medida — o enfraquecimento das demais classes a debilita. Para Florestan, “por paradoxal que pareça, o que mais debilitou as burguesias latino-americanas, reduzindo sua capacidade de ação econômica e de atuação política, foi a maneira pela qual pretenderam fortalecer-se, excluindo ou enfraquecendo outros protagonistas sociais” (CSAL, 57). Florestan pensa que “para avançar e construir, as burguesias latino-americanas necessitavam de adversários capazes de desafiá-las. Tem-se pensado que o que faltou foi uma aristocracia reacionária, suficientemente forte para ameaçar a ascensão social da burguesia. Esse raciocínio é incongruente... As nações que importaram uma

economia de mercado moderno não podiam forjar a repetição da história ... As inconsistências das burguesias latino-americanas procedem do fato de que elas resistem à plebeização e instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Proscrivendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão do mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras” (CSAL, 58). No caso do capitalismo dependente, a democracia (que aí é restrita por determinações estruturais e históricas) não faz falta apenas aos grupos e classes subordinados. Faz falta também às suas burguesias, que sem ela se enfraquecem enquanto classe.

Ao discutir as possibilidades e as condições da revolução burguesa em atraso, Florestan já alertara para que, “ao que parece, o importante e decisivo não está no passado, remoto ou recente, mas nas forças em confronto histórico, em luta pelo controle do Estado e do alcance da mudança social” (RBB, 209-210). O conflito e o confronto entre as classes sociais é que dinamizam o capitalismo. A autocracia, ao deprimir e tentar anular esse conflito e esse confronto, acaba por cercear as transformações, mesmo as que são próprias do desenvolvimento capitalista.

Sob o prisma da autonomização, as mudanças que se fazem necessárias escapam à capacidade das burguesias dependentes. “As burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem... Condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que elas se ergam acima dessa medida, elas precisam ser negadas e arrostadas por outras classes. Enfim, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal” (SCS1, 103). Para conduzir um processo de transformação mais profunda numa sociedade, uma classe precisa ultrapassar o plano meramente particularista de seus interesses específicos de classe e propor objetivos de caráter universal. Somente classes fortalecidas e com condições históricas objetivas de hegemonizar, em termos de direção política, o conjunto da sociedade podem-se colocar desse modo.

Na América Latina, parece que essas tarefas escapam às possibilidades das burguesias locais, pela sua subordinação às burguesias externas e pela debilidade das pressões sobre elas exercidas pelas classes trabalhadoras. Por um lado, “o problema não é

que existam duas ‘burguesias’, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças à qual interesses burgueses internos e externos se fundem, funcionando estrutural e dinamicamente de forma interdependente e articulada. Esta associação cria a inviabilidade da América Latina sob o capitalismo, porque é ela que origina, preserva e legitima um padrão de mudança social que continuamente reorganiza a dependência, a exploração, a miséria e as iniquidades sociais, que tornam a revolução nacional uma improbabilidade histórica” (SMARS, 146). Por outro lado, Florestan pensa que “há algo errado que não decorre só da dominação estrangeira e das orientações capitalistas da hegemonia burguesa na América Latina. Os efeitos construtivos indiretos da revolução burguesa na Inglaterra ou na França foram produto do ‘altruísmo’, do ‘esclarecimento’ ou dos ‘méritos’ da burguesia? Parece que, ao contrário, eles foram provocados pela pressão de outros grupos e classes sociais, que se fizeram ouvir e impuseram suas soluções” (SMARS, 147).

Assim, numa sociedade de classes o conflito não é apenas um processo social que aproveite aos setores dominados, porque provocador de mudança. No esquema teórico com o qual Florestan trabalha, o conflito é essencial até mesmo para a constituição das classes dominantes enquanto verdadeiras classes, capazes de reconstruir e de moldar o mundo como seu, no exercício pleno do seu papel enquanto dominantes.

Colocando no horizonte a perspectiva da transformação profunda da realidade social sob o capitalismo dependente, a questão estratégica dessa transformação se desloca, desse modo, para o plano das classes dominadas nesta sociedade. A análise das debilidades e impossibilidades das burguesias dependentes reforça esse deslocamento. Em texto de 1979, Florestan entende que “a questão política central vem a ser a das tarefas políticas do setor de ponta das classes trabalhadoras e de sua relação com a situação atual. Deve-se manter as classes trabalhadoras atreladas ao carro-chefe da burguesia ou romper com o passado, preconizando-se uma linha de ação política autônoma? As classes trabalhadoras não possuem, no momento, condições objetivas e subjetivas para provocar uma mobilização revolucionária da massa pobre da população contra a ordem existente. Contudo, parece evidente que se acham em suas mãos tanto a intensidade e a rapidez da desagregação do regime vigente, quanto o grau de alargamento democrático da ordem burguesa” (BCE, 7). A transformação profunda vislumbrada aqui se refere à mudança que se processe ou dentro da ordem capitalista ou contra ela. Em ambos os casos, a análise aponta que a condução do processo estará nas mãos das classes trabalhadoras. A questão de sua autonomia diante dos projetos e encaminhamentos da burguesia coloca em discussão a profundidade das transformações e seus alvos últimos. Se “revolução dentro da ordem”, significaria

recomposição, mas nos marcos do capitalismo; se “revolução contra a ordem”, significaria rompimento não apenas com a dependência, mas com o próprio capitalismo, no rumo da construção do socialismo.

Em texto um pouco mais recente (1986), Florestan aprofunda sua análise das perspectivas objetivas e subjetivas de transformação radical da sociedade brasileira. Constrói um cenário que pretende não ficar restrito a, nem prisioneiro de “uma sociologia construtiva ou de uma teoria dogmática da luta de classes”. Refere-se a “uma potencialidade de conflito que nasce nos confins de todo o universo dos humilhados e oprimidos — e que transcende os limites do regime de classes” (NR, 80). De acordo com Florestan, “pondo-se todas as coisas no seu lugar (histórico e específico), o que se descobre é uma situação revolucionária complexa. Os proletários industriais e urbanos não passam de uma vanguarda das classes perenemente subalternizadas, oprimidas e exploradas... Herdam a humilhação secular dos escravos, dos libertos, dos homens livres pobres, dos imigrantes ‘que não tiveram vez’ e do imenso exército dos ‘miseráveis da terra’, dos que foram massacrados socialmente no campo e nas cidades pela forma monstruosa de exploração capitalista ‘periférica’... Esse acúmulo de sentimentos negativos e da compulsão à emancipação coletiva não gera ódios simples, a vontade de estabelecer a ‘normalidade das coisas’... Para eles, a ‘normalidade das coisas’ está em aberto, resta a ser criada e só pode surgir por suas mãos... O ódio não se formou como uma objetivação coletiva. Mas existe como coisa palpável, pesadamente no ar...” (NR, 78-79) A iniquidade da ordem social constituída pelo capitalismo selvagem — com o super privilégio da reduzidíssima minoria dominante, com a sobre exploração e a sobre expropriação dos trabalhadores e dos despossuídos, com a tirania da opressão e da exclusão — oferece, segundo Florestan, “uma base social fértil à fermentação e amadurecimento desse equivalente histórico do ódio”(NR, 79). Trata-se, pois, no seu entendimento, de uma situação que configura uma verdadeira acumulação progressiva de forças, de conflitos e de antagonismos sociais, que amadurece no solo do ressentimento da humilhação longamente acumulada através da história. O processo revolucionário, que tais condições podem vir a tornar efetivo, Florestan o entende como podendo chegar a caracterizar uma “revolução sem meias medidas, que confere aos oprimidos e às classes proletárias o acesso direto a uma democracia de maioria e à transição para o socialismo”(NR, 84).

Certamente a existência de condições revolucionárias não é garantia da ocorrência de uma revolução. Florestan apresenta um esboço do quadro interno em que os processos históricos alimentados por exploração, expropriação, opressão e humilhação excedentes

vão constituindo condições potencialmente revolucionárias. O cenário internacional de desenvolvimento — quer hegemônico, quer autônomo, quer dependente — também precisa ser considerado e avaliado como reforço, como neutralização ou como bloqueio da situação interna. De todo modo, só um querer coletivo mobilizando todas as forças possíveis para enfrentar o desafio de uma transformação de natureza revolucionária pode abrir o caminho do futuro que esta revolução projete. Ao identificar a existência daquelas condições na história recente da sociedade brasileira, Florestan sente-se ética e politicamente obrigado (em função da responsabilidade intelectual pela qual sempre pautou a sua produção e a sua vida) a tornar pública a sua descoberta e a sua interpretação, contribuindo dessa forma para a formação ou para o fortalecimento da vontade coletiva que possa levar a termo o processo revolucionário cuja potencialidade indica. Florestan acredita que de fato “há uma revolução silenciosa em marcha, uma revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los — pois não tem como!), e ao clamor dos que se proletarizam (também aos milhões), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma sociedade nova, como produção social dos oprimidos.” (NR,82)

LISTA DAS ABREVIATURAS E REFERÊNCIAS DA BIBLIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES CITADA

(BCE) Brasil: em Compasso de Espera, Pequenos Escritos Políticos. São Paulo, HUCITEC, 1980.

(CDCSAL) Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

(CSAL) “Classes sociais na América Latina”, parte II de Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina (CDCSAL).

(EIS) “Um ensaio de interpretação sociológica”, cap. 6 de Brasil:em Compasso de Espera, Pequenos Escritos Políticos (BCE).

(NR) Nova República? Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

(RBB) A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

(RRBB) “Repensando A Revolução Burguesa no Brasil”, cap. 4 de Brasil: em Compasso de Espera, Pequenos Escritos Políticos (BCE).

(SMARS) “Sociologia, modernização autônoma e revolução social”, parte III de Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina (CDCSAL).

(SCS) Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

(SCS₁) “Sociedade de Classes e subdesenvolvimento”, cap. 1 de Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento (SCS).